

LUÍS PEREIRA BARRETO: UM INTELECTUAL BRASILEIRO DO FIM DO SÉCULO XIX

LUÍS PEREIRA BARRETO: A BRAZILIAN INTELLECTUAL FROM THE END OF THE 19th CENTURY

<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i2.1353>



Rubens Arantes Correa

○ Instituto Federal de São Paulo - IFSP campus Birigui

ID <https://orcid.org/0000-0003-0095-7534>

✉ Email: rubens.arantes65@gmail.com

Resumo: O artigo tem por objetivo abordar a trajetória político-intelectual de Luís Pereira Barreto (1840-1923), pensador-militante fluminense que construiu toda sua carreira em São Paulo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Membro de família de cafeicultores, Pereira Barreto estudou ciências naturais e medicina na Europa, oportunidade que lhe permitiu se aproximar do positivismo, doutrina que passou a divulgar em artigos de imprensa, no Brasil, inserindo-se, dessa forma, no debate público de sua época. Pereira Barreto, assim como outros intelectuais de seu tempo, tentou construir, à luz do positivismo, um projeto civilizatório para o Brasil. O escopo teórico-metodológico encontra-se respaldado nas concepções de história intelectual e dos intelectuais desenvolvidos por Jean-François Sirinelli.

Palavras-chave: Pereira Barreto; história intelectual; positivismo;

Abstract: This article aims to address the political and intellectual trajectory of Luís Pereira Barreto (1840-1923), a thinker and activist from Rio de Janeiro who built his entire career in São Paulo between the second half of the 19th century and the first decades of the 20th century. A member of a family of coffee growers, Pereira Barreto studied natural sciences and medicine in Europe, an opportunity that allowed him to become familiar with positivism, a doctrine that he began to promote in press articles in Brazil, thus inserting himself in the public debate of his time. Pereira Barreto, like other intellectuals of his time, attempted to construct, in the light of positivism, a civilizing project for Brazil. The theoretical and methodological scope is supported by the concepts of intellectual history and intellectuals developed by Jean-François Sirinelli.

Keywords: Pereira Barreto; intellectual history; positivism;

Introdução

A história intelectual e dos intelectuais do Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, foi marcada por intensas disputas e polêmicas entre seus agentes. Embora não seja possível falar de um campo intelectual estruturado, tendo em vista a precariedade da vida cultural¹, artística e educacional brasileira, dada a existência de poucas instituições formadoras e divulgadoras de protagonistas e obras, não obstante, o ambiente intelectual daquele período foi intensamente vivido e polemizado pelos homens de letras.

Excetuando as instituições herdadas dos períodos Joanino (1808-1821) e Primeiro Reinado (1822-1831) – Academia Imperial de Belas Artes (1816), Biblioteca Nacional (1810), Faculdade de Direito do Recife (1827), Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo (1827), Imperial Colégio Pedro II (1837), IHGB (1838) – poucas iniciativas, ou, iniciativas pontuais, no campo educacional e cultural, foram percebidas no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889) e inícios da República, o que dá a medida da insuficiência da vida intelectual do Brasil de fim de século.

A despeito do quadro cultural descrito logo acima e tomando por referência a década de 1870, observa-se, no campo das ideias, a emergência, através da importação via Europa, de novas correntes filosóficas por meio de uma nova geração de homens de letras, sendo que alguns deles se encontravam ligados àquelas instituições já citadas. Silvio Romero, protagonista dessa nova geração intelectual, batizada à posteriori de Geração 1870, sintetizou, em discurso proferido em 1906 junto à Academia Brasileira de Letras por ocasião da posse de Euclides da Cunha, o lema geracional: “Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte.”

Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica, eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do aristocratismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença (...). Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. (...) Positivismo, evolucionismo, cientificismo na poesia e no romance, folk-lore, novos processos de crítica e história

¹ LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil” in *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.3-29.

literária, transformação da instituição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarme partiu da escola do Recife.²

Até então, predominava a geração dos intelectuais identificados com o liberal-bacharelismo e o romantismo, responsáveis pela sustentação político-ideológico da monarquia e pela afirmação da identidade nacional, tendo em José de Alencar seu representante mais acabado. Autor do ciclo indianista, que visava fixar, através da literatura, os fundamentos da nacionalidade, José de Alencar teve grande participação na vida política pelo Partido Conservador, chegando ao posto de Ministro da Justiça do Gabinete Itaboraí, oportunidade em que se colocou obstinadamente em favor da escravidão.

A partir dos anos 1870, portanto, surgiu uma nova plataforma geracional de intelectuais que, muito embora não formasse uma unidade, trazia para o debate outro repertório de ideias, assentado no positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, cientificismo, entre outras correntes filosóficas que, no conjunto, passaram a se constituir em um contradiscorso ideológico de oposição não só à geração de intelectuais liberal-bacharelescos como, de resto, ao sistema monárquico e suas instituições e práticas culturais.

Alonso,³ ao estudar a Geração 1870, identifica os principais grupos em que se dividiam seus membros, levando em conta suas experiências e ações políticas, suas vinculações institucionais e regionais, além de suas autorreferências filosóficas e ideológicas: os liberais republicanos, como Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, dentre outros; os positivistas do Centro Positivista Brasileiro, sob a liderança de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, e da Escola Militar, onde se destacava a figura de Benjamim Constant, ambas instituições sediadas no Rio de Janeiro; a chamada “Escola do Recife”, comandada por Tobias Barreto e seus discípulos Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua; os federalistas científicos de São Paulo, que formavam um grupo com relativa unidade, integrado por Luís Pereira Barreto, Campos Salles, Rangel Pestana, Américo Brasiliense, Alberto Sales, dentre outros; e os federalistas positivistas do Rio Grande do Sul, liderados por Júlio de Castilhos.

Correndo em paralelo ao movimento abolicionista, que ganhou grande impulso na década de 1880 através de sociedades e clubes espalhados pelo país, ainda que de formas diversas, essas diferentes frentes político-intelectuais realizaram, até a Proclamação da

² SCHNEIDER, Alberto Luiz. Machado de Assis e Sílvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). *Almanack*, Guarulhos, n. 18 p. 451-488, Abr. 2018.

³ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

República, a crítica mais contundente dos valores, da sociedade e das instituições que sustentavam o Segundo Reinado. Tinham em comum a crença que a ciência daria solução para os problemas nacionais, capaz de remover o que consideravam instituições políticas caducas, além de propor uma organização econômica em bases técnico-científicas, passando pela separação do Estado da Igreja e pela ordenação de um sistema educacional.

Nesse sentido, os intelectuais da geração surgida a partir de 1870, ancorada em um repertório de crítica com base em princípios científicos em voga, constituíram-se em uma contra elite, ansiosa por prestígio e reconhecimento, além de porta-voz das classes econômicas marginalizadas do poder, como os fazendeiros de café do Oeste paulista:

[...] a geração científica responderá por uma mesma fórmula: a conjugação entre ciência e instrução pública como meio de civilizar o Brasil. Comungava um programa: realizar um estudo científico do país e plasmar um projeto civilizatório que não tivesse mais por referência o especificamente nacional, mas, ao contrário, os pontos de contato entre a cultura brasileira e a civilização ocidental.⁴

No caso particular do grupo paulista formado em torno do jornal *A Província de São Paulo*, fundado em 1875, por uma sociedade cujos membros, em sua maioria, era formada por fazendeiros, e dirigido por longo tempo por Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, interessa, tendo em vista o escopo deste trabalho, analisar a atuação de Luís Pereira Barreto, intelectual que teve vida produtiva longeva, iniciada na década de 1870 e se prolongando até o contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não só através de publicações em livros, como também, principalmente, por meio de colaborações à imprensa, em especial no próprio veículo paulistano.

Em relação ao papel da imprensa nesse contexto histórico de entresséculos, no qual Luís Pereira Barreto teve ampla inserção, faz-se necessário ressaltar a importância das folhas e diários que experimentaram grande proliferação ao longo do Segundo Reinado, após sofrerem forte repressão e censura durante o período da Regência Joanina e o Primeiro Reinado de d. Pedro I, tornando-se o principal veículo de expressão e sociabilidade intelectual no Brasil de fins de século.

Especialmente para o contexto espacial onde se situa o objeto desse trabalho, ou seja, Luís Pereira Barreto na então Imperial Cidade de São Paulo na transição para a República, a imprensa ganha forte impulso, sobretudo, com a riqueza trazida pelo café que, a partir dos

⁴ ALONSO, Ângela. O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro No Final Do Século XIX. *Instituto de Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonso/positivismo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

anos 1870, projeta relevante impacto sobre os hábitos e costumes dos paulistanos e paulistas, dentre eles a leitura através do consumo de jornais.

Martins e Luca⁵ mostram como a conjuntura econômica e política acelerou a propagação da imprensa em São Paulo nos diferentes campos – republicana, abolicionista, satírica, literária. Tais como a *Gazeta de Campinas* (1869), *Radical Paulistano* (1869), *A Província de São Paulo* (1875), *Diário Popular* (1884), *Redenção* (1887), enfim uma imprensa dinâmica, por onde os ideais e projetos de sociedade eram veiculados. Luís Pereira Barreto encontra-se nesse universo de disputas por legitimidade.

Trajetória acadêmica e atuação intelectual

Nascido em Resende, interior da província do Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1840, filho de Fabiano Pereira Barreto, comendador e fazendeiro, e de Francisca de Salles Barreto, Luís Pereira Barreto iniciou seus estudos em escolas de sua própria cidade natal, complementando-os no Colégio João Carlos, em São Paulo, para onde sua família havia se mudado e estabelecido residência.⁶

Concluídos os estudos preparatórios, acrescidos de um ano de proficiência em grego e aprofundamento em física e química, embarcou, em 1855, rumo à Bélgica, onde se matriculou no curso de Medicina e Ciências Naturais da Universidade de Bruxelas, concluindo-o em 1864, quando, então, retornou ao Brasil. Estudante aplicado, Barreto foi, durante a graduação, assistente de Émile Francqui, professor da área de química, chegando mesmo a apresentar tese de doutoramento a fim de compor o quadro docente da universidade, mas recusou o convite, para retornar ao Brasil.⁷

De sua permanência na Bélgica nasceu o engajamento intelectual na obra de Augusto Comte, tornando-se, a partir de então, não só um consumidor da doutrina como um de seus principais propagadores e divulgadores, tanto na Bélgica como, posteriormente, no Brasil. Na Bélgica, exerceu liderança junto à Sociedade Positivista dos Estudantes da Universidade de Bruxelas, comparecendo, em uma de suas cerimônias comemorativas, ao falecimento de Augusto Comte, em Paris, onde teve a oportunidade de conhecer, pessoalmente, Pierre Lafitte, um dos principais discípulos de Comte, com quem passou a trocar correspondência.

⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Ed, UNESP, 2006, p. 29-34.

⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo, 1967, p. 42.

⁷ *Ibidem*, p. 43-44; AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 94.

Lafitte, professor de matemática, nascido na Bélgica em 1823, privou da intimidade de Auguste Comte, tornando-se um dos principais divulgadores, na Europa, da chamada “religião da humanidade”. Catedrático do *Collège de France*, produziu obra nas áreas de História da Ciência, Epistemologia, Filosofia e História, destacando, dentre as quais, *Da Moral Positiva*, datada de 1880.

Em 1865, de volta ao Brasil, Pereira Barreto passou a dedicar-se à medicina, estabelecendo clínica na cidade de Jacareí, região do vale do Ribeira, interior de São Paulo – não sem antes, e em conformidade com as exigências legais da época, para fins do exercício da medicina no Brasil, apresentar tese junto à banca examinadora da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁸ De acordo com Barros, a importância da tese de Pereira Barreto encontra-se no fato de se tratar da primeira manifestação integral do positivismo no pensamento brasileiro, em que o autor aplica à medicina os princípios desta doutrina filosófica.⁹ Em sua tese de suficiência em medicina, Pereira Barreto - seguindo as concepções de Comte destacadas, sobretudo, na obra *Sistema de Política Positiva* (1851-1854), cuja ideia é que nas relações sociais se deve buscar as causas dos fenômenos biológicos e patológicos - propõe terapêuticas e tratamentos que correspondam aos mesmos princípios, ou seja, que se preocupem com a restauração da saúde do homem em sua integralidade e não apenas do corpo doente.¹⁰

Assim, em 18 de julho de 1865, Pereira Barreto apresentou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese intitulada *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral*. De acordo com Gabriela Pereira Martins:

Nesta obra, [...] encontraremos alguns [dos] princípios positivistas, que justificam a forma como o autor encarava tanto a doença e o funcionamento do corpo humano quanto a sua consequente visão sobre alguns dos problemas enfrentados na sociedade a qual pertencia, como a vacinação e o sanitarismo.¹¹

Entre 1865 e 1874, Pereira Barreto permaneceu em Jacareí onde, além de clinicar, manteve colaboração regular com o jornal local *Correio do Norte*.¹² Do ponto de vista conjuntural, trata-se de um período marcadamente importante para os destinos do regime

⁸ Ibidem, p. 48.

⁹ BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Obras Filosóficas de Luís Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo, 1967, p. 13. v. I.

¹⁰ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. *Op. cit.*, p. 53-55.

¹¹ MARTINS, Gabriela Pereira. Repensando o positivismo. *CSOline: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, MG, ano 4, n. 9, p. 68-91, jan./abr. 2010, p. 77. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17139>. Acesso em: 12 abr. 2024.

¹² apud BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. *Op. cit.*, p. 53-55.

monárquico no Brasil, tais como a Guerra do Paraguai (1865-1870); a: queda do terceiro Gabinete de Zacarias de Góes, em 1868, abrindo uma crise política dentro das elites imperiais; o lançamento, no Rio de Janeiro, do Manifesto Republicano de 1870, marco, agora de forma mais orgânica, do movimento republicano em todo o país; além do início do conflito entre Igreja e Monarquia, também conhecido como conflito episcopal-maçônico e que contribuirá para o desgaste do regime monárquico desde seu aparecimento em 1872.. Tais acontecimentos impactarão na estratégia de confronto da contra elite intelectual representada pela Geração 1870, que passou a ocupar os espaços abertos com as cisões e fraturas intra-elite imperial.

No mesmo ano de 1874, Pereira Barreto publicou seu livro *As Três Filosofias*, obra na qual, incitado pela chamada Questão Religiosa (ou conflito episcopal-maçônico), propõe uma avaliação da realidade nacional a partir da perspectiva positivista das três filosofias, ou seja, a filosofia teológica, metafísica e positiva.¹³

O texto introdutório de *As Três Filosofias – Filosofia Teológica*, intitulado “Uma Palavra aos Políticos”, funciona como um prólogo, ao apresentar as principais ideias que o leitor encontrará no decurso do livro. E, neste caso, especificamente, Pereira Barreto escolhe seu interlocutor – no caso, os políticos:

Vamos apresentar sucessivamente à apreciação do intelecto brasileiro a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva. A primeira se refere aos conservadores, os representantes do antigo passado; a segunda aos liberais, os representantes do passado moderno; a terceira aos contemporâneos efetivos da ciência atual, os representantes do presente e do futuro.¹⁴

O intuito de Pereira Barreto é apresentar sincera exposição da verdadeira teoria do progresso, lançando mão, para tal, da teoria dos três estados desenvolvida por Auguste Comte. Afirma que o Brasil precisa superar a sua idade média, eliminando a teologia e a realeza através de um processo educacional de fundo científico que pudesse incutir nos brasileiros a ideia de progresso:

É preciso que as novas gerações se capacitem de que nada temos a esperar das ideias absolutas, quer dos liberais, quer dos conservadores, e todos aqueles, cujo coração palpita pela causa da pátria, e que desejam sinceramente uma melhor forma de Governo para as gerações seguintes, devem hoje compreender que acima dos mesquinhos interesses de partido está a necessidade da reorganização espiritual pela ciência, a única capaz de

¹³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. Op. cit., , p. 63-75.

¹⁴ apud BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Obras Filosóficas de Luís Pereira Barreto*. Op. cit., p. 149.

impedir para o futuro a reprodução dos tristes exemplos de covardes transações.¹⁵

Pereira Barreto chama atenção, especialmente dos políticos conservadores, para a importância de perceberem que a garantia da ordem – princípio básico do positivismo – encontra-se no atendimento das exigências da vida moderna, e em caso do não atendimento a esse princípio, servirá apenas para atravancar a marcha triunfal do progresso do país. Nesse particular, Pereira Barreto coloca na mesma situação, no caso brasileiro, tanto a teologia como o liberalismo metafísico, ambos dominantes no país e tidos como obstáculos para que o Brasil encontrasse verdadeiro caminho do progresso. Acusa, ademais, os defensores desse liberalismo metafísico de fazerem sofisma em nome de princípios gerais falsamente manipulados, como é o caso da liberdade política:

É inútil sofismar-se que a lei desce a todos; no meio de um povo analfabeto as vantagens só recaem sobre poucos. Os proletários, os verdadeiros operários do progresso, os que do berço à morte não tem outro prospecto senão a miséria a mais inclemente, esses não são contemplados na graça política, nem admitidos a fazer parte do povo. A liberdade não é assim senão a aristocracia e o privilégio do pequeno número.¹⁶

Pereira Barreto conclui suas palavras aos políticos afirmando que a marcha irremediável do progresso haverá de, inexoravelmente, levar o país a superar o estado de escravidão e de agitação social em que se encontrava, e, para tanto, o Brasil deveria contar com o concurso do grupo de positivistas que, embrionariamente, se formava naquele instante, reunindo em suas fileiras elementos oriundos da classe médica e de engenheiros, grupo este, aliás, que tenderia a aumentar em número e, assim, sustentar o edifício do futuro.¹⁷

No mesmo contexto da publicação de *As Três Filosofias*, Barreto aproxima-se do núcleo central do jornal *A Província de São Paulo* – Rangel Pestana e Américo de Campos – passando a ser um colaborador regular dessa folha.¹⁸ Trata-se de uma fase da trajetória intelectual de Pereira Barreto em que se percebe a gestação do intelectual público debruçando-se sobre temas da realidade imediata do país. A gama de assuntos é a mais variada – educação, imigração, produtividade do trabalho a partir da incorporação de técnicas científicas, entre outros – e a abordagem é sempre a mesma: estabelecer premissas com base na ciência positiva para reformar a vida e as instituições do Brasil.

¹⁵ *apud* BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Obras Filosóficas de Luís Pereira Barreto*. Op. cit., p. 161.

¹⁶ Ibidem, p. 161

¹⁷ *apud* BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). *Obras Filosóficas de Luís Pereira Barreto*. Op. cit., p. 163.

¹⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. A evolução do pensamento de Pereira Barreto. Op. cit., p. 97.

Em 1876, lançou o segundo volume de *As Três Filosofias*, dedicado à *Filosofia Metafísica*, cujo enfoque crítico de Pereira Barreto recai sobre os bacharéis, chamados de “legistas”. Como se sabe, os bacharéis eram o braço político-ideológico do Segundo Reinado e sua atuação visava a manutenção do status quo através do controle dos cargos públicos e os partidos políticos. Os positivistas, como Luís Pereira Barreto, e outros intelectuais científicos, atribuíam aos bacharéis, além dos clérigos católicos e os políticos monarquistas, forças que agiam contra a “evolução do Brasil rumo ao progresso e a civilização”.

Se em a *Filosofia Teológica* iniciou com uma nota introdutória endereçada aos políticos, em a *Filosofia Metafísica*, Pereira Barreto principia a obra com uma exposição intitulada “Aos legistas”, na qual ressalta a incapacidade da jurisprudência do poder judiciário em reconhecer as urgências do futuro e trabalharem para suprimir o artigo 5º. da Constituição de 1824, que previa a existência de uma religião de Estado:

É de suprema urgência introduzir no espírito moderno a convicção de que o movimento social e político está sujeito a leis naturais fixas e perfeitamente determinadas. Ora, os legistas, com poucas honrosas exceções, não só desconhecem esse fato, como mesmo negam a possibilidade de se criar uma ciência social, que seja o equivalente de qualquer das ciências inferiores; os fenômenos sociais não lhes parecem de todo suscetíveis de ser subordinados à agência de leis naturais imanentes, e o complexo da civilização se apresenta a seus olhos como o resultado miraculoso de uma Vontade caprichosa. ¹⁹

Dando prosseguimento ao seu trabalho intelectual, Pereira Barreto publicou, em 1880, *Positivismo e Teologia*, livro nascido de uma polêmica que travou nas páginas de *A Província de São Paulo* com o Reverendo norte-americano Nash Morton, tratando-se, dessa forma, de uma obra de caráter doutrinário de combate em defesa dos princípios positivistas, sistematicamente atacados pelo pastor presbiteriano e diretor de colégio na cidade de Campinas. No ano seguinte, veio a público *Soluções Positivas da Política Brasileira*, conjunto de artigos publicados em *A Província de São Paulo* entre 1879 e 1880. O livro traz dois eixos temáticos importantes para se refletir sobre a forma como Pereira Barreto lança mão do positivismo para ler a realidade brasileira imediata: o primeiro, uma discussão sobre a questão dos não católicos e dos estrangeiros residentes no Brasil; o segundo eixo, por sua vez, é intitulado “Grande Naturalização”.

A série “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”, conjunto de artigos publicado originalmente na edição de 29 de outubro de 1879 de *A Província de São Paulo* e, posteriormente, inseridos em *Soluções Positivas da Política Brasileira*, serve

¹⁹ apud BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. Op. cit., p. 111.

como termômetro para a compreensão dos principais males que assolavam o corpo social e político do Brasil à época do Império, sob a luz da perspectiva dos princípios positivistas de Luís Pereira Barreto.

A exposição de Pereira Barreto abrange basicamente dois aspectos: a religião de Estado e a reforma do sistema de representação eleitoral. Critica com veemência o dispositivo constitucional que declarava a religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do Estado brasileiro, argumentando que tal preceito contrariava a todos os princípios modernos de organização política, pois impedia o exercício da igualdade de direitos entre todos os cidadãos.

Refuta a argumentação da parte do Conselho de Estado segundo a qual a maioria da população brasileira é constituída de católicos, enfatizando que entre os brasileiros havia muitos fetichistas e politeístas, existindo mesmo um grosso populacional que era completamente indiferente ao clero católico. E, para comprovar seus argumentos, aponta o exemplo norte-americano, para o qual, de acordo com Pereira Barreto, deveria não só ser admirado como seguido:

Todos [...] contemplam com admiração o extraordinário progresso material, que tem levado no decurso de um século a grande república norte-americana ao mais espantoso grau de prosperidade. [Entretanto] não querem reconhecer que todos os segredos da civilização norte-americana consistem simplesmente na liberdade de pensamento e na perfeita igualdade de direitos civis e políticos de todos os habitantes, sejam quais forem as suas crenças, seja qual for a sua primitiva nacionalidade.²⁰

O Conselho de Estado era, para Pereira Barreto, uma peça numa engrenagem maior que só fazia atravancar a conquista do progresso moral e material. Faltava para os dirigentes do Estado, em sua avaliação, sensibilidade para com o movimento das ideias nas camadas mais cultas da sociedade. Ilustração do espírito em questões filosóficas, por exemplo, era requisito indispensável e absolutamente necessário para o desempenho administrativo do Estado por parte dos chefes políticos. Outro viés de crítica em seu artigo era o sistema de representação política, que prescindia de uma reforma, pois o que estava em vigor, naquele contexto histórico, excluía, segundo Pereira Barreto, significativa parcela da população:

A experiência que temos hoje do regime parlamentar é amplamente suficiente para nos convencer de que esse sistema é incapaz de cumprir as suas promessas e que devemos encará-lo como um paliativo apenas, como uma fonte de transição entre o passado e o futuro, um simples elo na cadeia de mutações sociais em caminho para uma organização superior. O verdadeiro, o definitivo remédio é o crescimento da população, a instrução

²⁰ PEREIRA BARRETO, Luís. *Soluções Positivas da Política Brasileira*. São Paulo: Escala, 2007, p. 22-31.

desta pelas ciências positivas, e a sua crescente prosperidade material, preâmbulo normal de seu desenvolvimento moral, é em uma palavra o movimento ascendente de civilização em todos os seus elementos.²¹

A questão fundamental para Pereira Barreto era incorporar ao sistema eleitoral as parcelas da população analfabeta e iletrada e não simplesmente ignorá-las ou arredá-las. Para tanto, era preciso educá-las, instruí-las dentro dos parâmetros das ciências positivas.

Em “A Grande Naturalização”, conjunto de sete textos, também originalmente publicados em *A Província de São Paulo*, todos levando o mesmo título “Ordem e Progresso”, Pereira Barreto encetou sua “filosofia [...] da história do Brasil”²², ou seja, recuperou momentos específicos da História do Brasil, desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, para, à luz dos princípios do positivismo, oferecer diagnóstico e solução dos problemas vividos pelo país.

Inicia sua digressão retornando ao momento do descobrimento, afirmando que quando Portugal tomou “posse efetiva do Brasil”, o país passava por uma “verdadeira concussão cerebral”, pois não soube atentar para as profundas transformações a que estava submetido o cristianismo europeu, referindo-se os movimentos da Reforma Protestante que trouxeram, segundo ele, a ruína do edifício católico. Portugal, no entanto, diz Pereira Barreto, preferiu permanecer preso ao passado, ou seja, do lado da Igreja Católica. Afirma, ainda, que o verdadeiro fator que impulsionou o interesse português “foi tão somente o prospecto das nossas minas de ouro”, e os primeiros povoadores não passavam de “galés, calcetas, relapsos da justiça de toda espécie”.²³

No que respeita à análise do percurso histórico traçado pelo Brasil até à chegada da Família Real, em função de sua fuga da Europa por conta das tropas comandadas pelo general Junot, Pereira Barreto novamente enfatiza que o “espírito retrógrado” dos portugueses era avesso aos “dogmas fundamentais da economia política moderna” e aos ideais de “liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de culto”; considerando a Carta Constitucional de 1824, proclamada pouco depois da Independência, uma “fábrica política” de “princípios retrógrados”, “verdadeiro misto de carolice e de impiedade”; e condena o que considerou um dos piores legados portugueses: a escravidão e o catolicismo.²⁴

Por fim, concentra fogo na figura de D. Pedro II, considerando seu governo continuador dos mesmos vícios, das mesmas “estreitezas de vistas” naquilo que diz respeito

²¹ *Ibidem*, p. 22-29.

²² BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. *Op. cit.*, p. 137.

²³ PEREIRA BARRETO, Luís. *Soluções Positivas da Política Brasileira*. *Op. cit.*, p. 33-36.

²⁴ *Ibidem*, p. 37-40.

à “política internacional” e ao ‘direito das gentes”, igual “espírito de egoísmo e de improbidade” como nos tempos de D. João VI. Critica a ausência de uma política “científica” de atração de imigrantes, que, justamente por sua falta, preferem seguir para os Estados Unidos, Austrália ou Argentina. E por derradeiro, conclui sua visão da História do Brasil:

Toda a nossa história é uma contínua série de desastres. Só temos tido energia para o mal; só temos tido fraqueza e relutância para o bem. [...] Expulsamos os holandeses, que nos traziam a liberdade de consciência, dogma que vale tudo como a descoberta do novo mundo; expulsamos os franceses, que nos traziam seu gênio, sua língua e seus hábitos policiados; e continuamos ainda hoje a expelir de nosso seio, pela força brutal de uma legislação equivocada do século, a massa de estrangeiros, que nos honram com sua presença [...]²⁵

O abolicionismo ganhou força no decorrer da década de 1880 e Pereira Barreto, também, participou desse debate publicando uma série de artigos sobre o tema em *A Província de São Paulo*, entre fins de 1880 e início de 1881, nos quais expõe um posicionamento reformista – que, de resto, é a marca de todo seu projeto civilizatório para o Brasil – defendendo uma abolição gradual que viesse precedida de medidas governamentais para evitar o colapso na oferta de mão de obra, arranjo que vinha ao encontro de sua origem de classe – Pereira Barreto é um interlocutor dos cafeicultores do oeste paulista.

Reconhece que a escravidão, além de um questão moral, era um impedimento para o progresso material da sociedade na medida em que atingia a noção positiva do valor do trabalho, sendo que para superar tal estágio, Pereira Barreto não via outra solução senão reformas institucionais, como a supressão da religião de Estado e outros entraves que impediam a entrada em massa de imigrantes, que não só supririam as necessidades de mão de obra, como trariam outras qualidades imprescindíveis para a “elevação mental” do país:

A abolição, para merecer o cunho de uma razão de estado, devia ser precedida, de longa data, por muitas outras reformas de intuitivo alcance, tais como a supressão da religião de Estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a elegibilidade dos católicos, etc., reformas todas essas que podiam garantir-nos as simpatias da Europa e assim dirigir com maior intensidade para as nossas plagas a corrente de imigração, de que tanto precisa o país, e sem a qual é absolutamente impossível resolver-se a questão do trabalho.²⁶

²⁵ PEREIRA BARRETO, Luís. Soluções Positivas da Política Brasileira. São Paulo: Escala, 2007, p. 41-59.

²⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto. Op. cit.*, p. 149.

Proclamada a República, Luís Pereira Barreto tomou posse em cargos públicos como os de deputado constituinte e de vice-governador em São Paulo. Contudo, decorridos alguns anos, juntou-se ao coro dos desiludidos com os rumos que o regime republicano tomou, afastando-se da vida pública, e logo no início do século XX, escreveu o opúsculo “O século XX sob o ponto de vista brasileiro”, retrato amargo de descrença com o novo regime, que, segundo Pereira Barreto, não foi capaz de tirar o país do atraso econômico e mental, marcas deixadas pelos tempos coloniais.²⁷

O lugar de Pereira Barreto no Pensamento Político-Social Brasileiro

O estudo dos intelectuais impõe a necessidade das noções de trajetórias, estruturas de sociabilidade, microclimas e geração.²⁸ A partir da reconstituição de trajetórias (recuperação de itinerários individuais), é possível tomar conhecimento das complexas redes de sociabilidade que estruturam a formação e as relações de grupos intelectuais, revelando sua forma de atuação política e seu repertório ideológico, político, estético e artístico.

Itinerários pessoais, segundo Sirinelli²⁹, trazem possibilidades de mapeamento do território do engajamento intelectual, permitindo estudar não só os grandes intelectuais, como também os de menor expressão em uma dada época. Além disso, a recuperação dos itinerários individuais facilita identificar a evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum.

Articuladas às trajetórias individuais, tem-se a noção de estruturas de sociabilidade, que fornecem o amálgama aos grupos de intelectuais materializados na organização de grêmios e associações de natureza político-partidária, no alinhamento em doutrinas filosófico-ideológicas e na atividade de contestação ao regime político dominante, ao status quo, ao sistema de valores etc. Por outro lado, o conhecimento das estruturas de sociabilidade revela os microcosmos que nada mais são do que territórios onde intelectuais promovem suas ações públicas, seja na forma de produção de ideias (imprensa), seja na forma de militância política (partido político, por exemplo).

Conjugadas à noção de estruturas de sociabilidade, tem-se duas variáveis conceituais com aplicação prática interessante: o conceito de redes, que compreende a formação

²⁷ *Ibidem*, p. 205.

²⁸ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política* 2^aed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p.245.

²⁹ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. *Op. cit.*, p. 246-247.

intelectual compartilhada, as relações de parentesco, os posicionamentos ideológicos, as estratégias de atuação e as experiências partilhadas. Por fim, o conceito de microclimas, que engloba os espaços e lugares onde propriamente se verifica o funcionamento das redes.³⁰

Levando em conta as sinalizações teóricas apresentadas resumidamente acima, procura-se situar Luís Pereira Barreto enquanto intelectual da segunda metade do século XIX, procurando identificar o lugar que ocupou dentro do contexto do pensamento político-social brasileiro. Começando por caracterizar seus laços familiares, fator determinante para a compreensão de muitas de suas escolhas políticas e ideológicas.

Pereira Barreto era membro de família de fazendeiros de café com propriedades em diferentes localidades do oeste paulista. Tal origem de classe o colocava na condição de membro de um grupo social e econômico emergente no Brasil da segunda metade do século XIX, que, sobretudo a partir da década de 1870, passou a atuar de forma mais incisiva no sentido de fazer valer seus interesses, em um contexto marcado pela hegemonia de setores tradicionais, embora em franca decadência econômica, mas com prestígio e influência junto às posições de mando no Império.

A expansão do café rumo ao oeste paulista, tendo Campinas como centro irradiador, trouxe como consequências não só o aumento da produção e exportação do setor cafeeiro, como também a emergência de uma nova fração da elite, ancorada em novas práticas e ideias, ávida por poder e prestígio que, no decorrer de pouco tempo, entrou em choque com os padrões que sustentavam o Segundo Reinado. Com efeito, foi do seio da elite do oeste paulista que surgiram os principais articuladores políticos do processo histórico que culminou com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

As décadas de 1870/1880 assistiram ao surgimento e amadurecimento de dois movimentos político-sociais que contribuíram para agravar a crise do Império: o republicano, que passou a ter maior organização a partir da divulgação do Manifesto de 1870, subscrito por políticos ligados aos fazendeiros do oeste paulista, no Rio de Janeiro, e da criação de partidos políticos nas províncias; e o movimento abolicionista, cuja visibilidade se intensificou com a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, também no Rio de Janeiro, por iniciativa de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

Este é o cenário onde se dará a atuação de Luís Pereira Barreto, que retornou ao Brasil em 1864, após cinco anos de estudos na Europa, onde se formou em Medicina e Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, além de entrar em contato com a filosofia de Auguste Comte, tornando-se adepto convicto do positivismo, traço que marcou

³⁰ *Ibidem*, p. 250.

significativamente sua vida intelectual e política por todo o tempo posterior. Sua devoção ao positivismo o aproximou de Pierre Lafitte, discípulo de Comte, com quem chegou a se encontrar e trocar correspondências.

Através do positivismo, Luís Pereira Barreto integrou uma geração de intelectuais brasileiros – posteriormente, chamada de “geração 1870” – que, embalada pelas mudanças vividas pela sociedade nacional naquele contexto, assumiu uma plataforma de ideias de combate e enfrentamento a tudo que estivesse identificado com o Império. Embora não se tratasse de uma geração uniforme em termos de influências e repertórios, pois seus membros eram adeptos de diferentes correntes, como cientificismo, darwinismo, positivismo, dentre outras, tinham em comum o fato de se contraporem à tradição intelectual imperial, ancorada no romantismo e no bacharelismo.

Em termos de microclimas, ou seja, os espaços de atuação e compartilhamento de ideias, Luís Pereira Barreto lançou mão do principal veículo cultural do Brasil do século XIX: a imprensa. Em uma sociedade pouco letrada, com altos índices de analfabetismo, desprovida de sistema educacional organizado e com espaços culturais e artísticos, como teatro e livrarias, precários e restritos principalmente à Corte, os jornais e revistas tornavam-se *locus* fundamentais para o debate e a divulgação de ideias.

Nesse sentido, Pereira Barreto soube utilizar-se da estratégia da imprensa para divulgar suas ideias, expondo sua análise da realidade nacional à luz de suas convicções positivistas e travando debates e polêmicas com desafetos. Nas páginas do jornal *A Província de São Paulo*, fundado em 1875 por uma sociedade integrada por advogados, jornalistas e fazendeiros de café de localidades do oeste paulista, Pereira Barreto divulgou seu repertório de análise.

Sua colaboração em *A Província de São Paulo* efetivou-se, de fato, desde o início das atividades do jornal até próximo de seu falecimento, em 1923, momento em que abordou os mais diferentes temas: cultivo de café na terra-roxa da região de Ribeirão Preto, saúde pública e febre amarela, novos métodos médicos e técnicas cirúrgicas, qualidade e propriedade de terras, viticultura e produção de vinhos, pecuária nacional. Mas são os artigos cuja temática de questões de natureza política e educacional que marcaram o pensamento de Luís Pereira Barreto como formulador de um projeto de nação em bases positivistas.

De acordo com Alonso³¹, toda intervenção de Pereira Barreto no debate público de seu tempo estava ancorada na reflexão sobre a realidade brasileira em bases positivistas, ou

³¹ ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. In: XIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1995. [GT Teoria Política e História das Ideias].

seja, o positivismo tinha uma função prática no sentido de modular sua ação e tomar lugar nas disputas e polêmicas, estratégia que o levou a elaborar um projeto reformista para o Brasil.

Nesse sentido, para Pereira Barreto, o positivismo tinha uma função instrumental de conhecer a realidade nacional com vistas a propor soluções aos problemas e construir um projeto civilizatório para o Brasil baseado no domínio da técnica e da ciência, da adoção do regime republicano e no governo dos “mais aptos intelectualmente”. Ao contrário de outros intelectuais positivistas da segunda metade do século XIX, como Teixeira Mendes e Miguel Lemos, muito mais dedicados ao trabalho de divulgação da corrente filosófica comtiana, o positivismo de Luís Pereira Barreto teve forte caráter prático.³²

Afirmar, portanto, que Luiz Pereira Barreto entrou para o campo do pensamento político-social brasileiro como um formulador positivista é reduzi-lo ao papel meramente de doutrinador-filósofo desconhecendo que havia, naquele contexto, positivistas de diferentes raios de ação. Carvalho³³ revela, por exemplo, que havia nas batalhas republicanas então em curso diversas correntes positivistas em disputa como as representadas pela ortodoxia defendida por Miguel Lemos e Teixeira Mendes que rivalizava com a defendida por seguidores de Lafitte como o próprio Luiz Pereira Barreto.

Considerações Finais

O pensamento de Luís Pereira Barreto, mais do que buscar uma filiação autêntica ao positivismo de Comte ou de Lafitte, como a historiografia do positivismo no Brasil preocupou-se por muito tempo, teve um caráter prático, como afirma Alonso³⁴. A partir dessa matriz científica, Pereira Barreto debruçou-se sobre os mais diferentes temas, procurando intervir no debate político de seu tempo e buscando o que ele próprio entendia por solução positiva aos problemas nacionais.

O lugar que Luís Pereira Barreto ocupa no pensamento social brasileiro, a partir do microclima vivido e compartilhado por ele junto ao grupo de intelectuais de São Paulo na conjuntura de crise do Império, da proclamação e primeiros anos da República, é o de um formulador de um projeto civilizatório para o Brasil, ancorado numa leitura

³² *Ibidem*, p. 5-8.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 133.

³⁴ ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. *Op. cit.*

instrumentalizada da realidade, à luz do positivismo, dentro do qual se destacava a reforma da mentalidade nacional pela ciência e educação, condição para alcançar os estágios mais elevados do progresso e da civilização, dois conceitos tão caros aos intelectuais reformistas do final de século.

No contexto da transição monarquia-república, os intelectuais exerceram uma grande intervenção no debate público, no sentido da construção de projetos políticos para a nação. De forma que reduzir os protagonistas desses projetos à somente ao seu campo delimitado em termos de filiações ideológicas e filosóficas não dá conta de toda complexidade da trajetória e ação desses intelectuais. Luís Pereira Barreto e outros intelectuais de seu tempo representa, exatamente, esse modelo de intelectual público, ou seja, faz a leitura da realidade de seu tempo a luz de um positivismo apropriado para sua condição de pertencimento de classe.

Recebido em 06 de maio de 2024

Aceito em 25 de novembro de 2024